



**Congresso Interno
da FIOCRUZ**
**Ciência, Tecnologia e Inovação
para Melhoria da Qualidade de Vida**

RESOLUÇÕES



FIOCRUZ PRÊMIO UNESCO DE CIÊNCIA 2002

Índice

Apresentação	3
Princípios e Teses Centrais	3
Introdução	6
A Fundação Oswaldo Cruz e os Desafios Contemporâneos das Instituições Públicas de Pesquisa	6
Revitalização do Movimento pela Reforma Sanitária e Consolidação do SUS	8
Papel da FIOCRUZ na Construção do SUS	9
Ciência, Tecnologia e Inovação	10
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	10
Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos de Saúde (PDTIS)	12
Programa de Desenvolvimento Tecnológico para Saúde Pública (PDTSP).....	12
Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS)	13
Planta de Protótipos	13
A Pesquisa no Brasil	14
Agenda de Prioridades	15
Pesquisa na FIOCRUZ	16
Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Insumos para a Saúde	18
Fármacos e Medicamentos	18
Patentes	19
Medicamentos Baseados em Produtos Naturais	19
Imunobiológicos	20
Diagnósticos	20
O papel da FIOCRUZ.....	21
A FIOCRUZ como Centro Nacional Colaborador nas Atividades Laboratoriais, de Assistência e Vigilância em Saúde	23
A FIOCRUZ na área de Vigilância Sanitária	25
Saúde e Ambiente	26
Ensino e Formação de Recursos Humanos	28
Educação a Distância	29
Educação Profissional	29
Informação, Comunicação e Informática	31
Pesquisa e Ensino em Informação e Comunicação	34
Educação e Divulgação em Ciência e Saúde	35
Desenvolvimento Institucional	36
Recursos Humanos	37
Gestão e Sistema de Planejamento	38
Gestão pela Qualidade	40
Fundações de Apoio	40
Cooperação Internacional	40
Manutenção e Infra-Estrutura	41
Moções	43

APRESENTAÇÃO

Realizado entre os dias 25 e 28 de novembro de 2002, o IV Congresso Interno da Fundação Oswaldo Cruz reuniu aproximadamente 340 Delegados representativos do conjunto de trabalhadores da instituição.

Em um processo democrático e participativo, além de delinear as prioridades e linhas de ação para os próximos dois anos, o Congresso reafirmou os compromissos da FIOCRUZ com o desenvolvimento científico e tecnológico e com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O Congresso foi precedido de amplo debate em todas as unidades da Fundação. Os documentos referenciais bem como as contribuições, sintetizados, foram levados à apreciação dos Grupos de Trabalho e da Plenária do Congresso, de onde emergiram as Resoluções do IV Congresso, objeto deste documento.

Cabe destacar que o IV Congresso Interno ocorreu em um período marcado por profundas redefinições na formulação e na implementação de políticas em Ciência e Tecnologia e Saúde. Coincidiu também com o início de um novo mandato para Presidente da República, Governadores, Deputados e Senadores. E antecedeu, já em 2003, a elaboração do Plano Plurianual de Ação (PPA), relativo aos anos de 2004 a 2007, a realização da II Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e a convocação extraordinária da Conferência Nacional de Saúde.

PRINCÍPIOS E TESES CENTRAIS

1. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) é patrimônio científico e cultural de importância inestimável para o Brasil. Reafirmar os valores da nacionalidade e do serviço público de qualidade é essencial para o desenvolvimento sócio-econômico, científico-tecnológico e cultural do país e para a realização da sua missão institucional.
2. A ética no setor público deve ser entendida como um princípio essencial para a gestão da FIOCRUZ. Nesse sentido, deverá ser elaborado, através de amplo processo participativo, um Código de Ética Profissional do Trabalhador da FIOCRUZ, referenciado ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e a outras regras e regulamentos pertinentes.
3. A produção do conhecimento gera efeitos sociais e culturais que vão muito além da sua aplicação imediata. É indispensável para avanços em processos inovadores de grande densidade. Na FIOCRUZ a pesquisa é a base primordial do desenvolvimento de suas demais atividades.

4. A capacidade de inovação, indispensável para o desenvolvimento social sustentável de um país, só adquire sentido como componente de um projeto nacional voltado para a resolução de demandas sociais, para a superação de desigualdades regionais e para a soberania nacional. Exige a construção de uma política de Ciência e Tecnologia e uma Política Industrial, assim como uma mudança de mentalidade, levando a novas formas de articulação entre ciência, tecnologia e o setor produtivo de bens e serviços em Saúde e a sociedade.

5. O setor Saúde deve contribuir significativamente para a mudança do atual modelo econômico visando a maior justiça social, pois envolve grandes recursos na produção de insumos e serviços e tem forte impacto na geração de empregos e na balança comercial. Está associado a atividades de intenso potencial para novos patamares de desenvolvimento e é essencial para o bem-estar social e a valorização da força de trabalho.

6. A Reforma Sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) representam um exemplo bem-sucedido de mobilização social para viabilizar uma Reforma do Estado com sentido social. O aprofundamento desse processo e o efetivo cumprimento dos princípios do SUS são de importância estratégica para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e para o desenvolvimento sustentável do país.

7. A inovação em Saúde requer a constituição de um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (SNCT&I/S) conduzido pelas lógicas complementares dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e de Saúde, articulando as necessidades sociais à capacidade nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&DT) e observando os princípios e prioridades do SUS. Nessa perspectiva, a FIOCRUZ vem mobilizando suas unidades no cumprimento de sua missão – produção de conhecimentos, insumos, ensino, inovação e referência.

8. A FIOCRUZ é uma instituição de caráter nacional, pública e estatal que desempenha papel essencial na interface dos sistemas de Ciência e Tecnologia e Saúde. Por isso, deve canalizar esforços para ampliar seu papel como suporte estratégico do SUS.

9. O incentivo institucional para o desenvolvimento tecnológico na FIOCRUZ exige a implementação de infra-estrutura adequada, uma mudança de cultura, bem como a adoção de novos processos de trabalho, modelos organizacionais e mecanismos de avaliação para instituir uma gestão da inovação. Em especial, faz-se necessário aproximar as atividades de pesquisa e de produção, consolidar programas de desenvolvimento tecnológico voltados para as estratégias institucionais, preservando outros programas de incentivo a pesquisas, sem comprometer os recursos alocados nas demais atividades estratégicas da FIOCRUZ.

10.A valorização do trabalhador da FIOCRUZ e o provimento de infra-estrutura, ambiente e organização do trabalho apropriados são componentes centrais para o desenvolvimento institucional. Dentre tais prioridades, adquirem especial relevância e sentido de urgência a necessidade da 'desprecarização' da forma de inserção da força de trabalho, a capacitação contínua de todos os seus trabalhadores e um novo plano de cargos e salários.

11.A produção estatal de insumos para Saúde é essencial para atender às demandas de programas nacionais no setor e dar suporte às atividades regulatórias de Estado, além de ser componente fundamental para o processo de inovação. Na FIOCRUZ, deve passar por intenso aperfeiçoamento, centrado nas questões da tecnologia, qualidade, economicidade e eficácia, demandando inversões governamentais para novos níveis de infra-estrutura física, de serviços de manutenção e de segurança.

12.A integração regional e a preservação da biodiversidade são desafios centrais para o projeto de desenvolvimento nacional. Nessa perspectiva, a Região Amazônica e a Região Nordeste destacam-se como questões essenciais a serem também enfrentadas pela FIOCRUZ para a plena realização de sua missão.

13.A popularização da ciência, sobretudo pela combinação de ações de comunicação, educação e divulgação científica e da promoção da Saúde, entendida como parte integrante do fazer científico, coloca-se como área estratégica da instituição e das atividades de Ciência e Tecnologia com a sociedade.

14.A Agenda 21 e sua tradução nos programas de municípios e comunidades saudáveis constituem uma das principais estratégias para orientar a intersectorialidade na Saúde Pública. A FIOCRUZ deve contribuir para estes programas, ao mesmo tempo em que deve garantir ambiente saudável em seus locais de trabalho e contribuir para a melhoria de seu entorno.

15.A informação e a comunicação são fatores estruturantes para o desenvolvimento institucional e as relações da FIOCRUZ com a sociedade, na medida em que constituem fundamentos para a pesquisa e o desenvolvimento, a prestação de serviços, o ensino, o planejamento e a gestão interna. Simultaneamente, estabelecem formas e meios pelos quais os temas de Ciência & Tecnologia e de Saúde podem ser compartilhados com a sociedade e o cidadão.

16.Integra a missão da FIOCRUZ a articulação entre a produção de conhecimento e a educação, garantido o caráter de ampla formação humana e crítica e sua tradução nos campos da Ciência & Tecnologia e Saúde.

17.O pleno desenvolvimento das atividades da FIOCRUZ requer o planejamento e o desenvolvimento da infra-estrutura, permanentemente adequada às exigências do ambiente e dos processos de trabalho.

INTRODUÇÃO

O debate em torno dos temas pesquisa, inovação e sociedade adquire sentido quando referenciado ao desenvolvimento voltado para as demandas sociais, o reforço da soberania nacional, observando, no que diz respeito ao setor Saúde, os princípios da universalidade, da integralidade e da equidade.

Os investimentos em educação, cultura, ciência e tecnologia são pré-condições para a soberania. Face à enorme desigualdade da competição internacional, sem referência a um valor maior de construção nacional, não há parâmetros de economicidade que justifiquem por si só o investimento em um sistema de Ciência e Tecnologia de qualidade.

Partindo da constatação de que muitos avanços em tecnologias inovadoras ocorreram através da utilização do conhecimento já estabelecido, firmou-se erroneamente, em alguns discursos, a idéia de que avanços nessa área poderiam prescindir do esforço de produção do conhecimento em áreas básicas.

A crítica a essa concepção sustenta-se na afirmação de que o desenvolvimento tecnológico exige uma forte articulação com a pesquisa e com a produção de uma sólida base de conhecimento científico.

A FIOCRUZ ocupa lugar privilegiado na interface da Saúde e da Ciência e Tecnologia, bases para o desenvolvimento econômico e social. O tema do IV Congresso Interno – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Melhoria da Qualidade de Vida – atribui sentido à inovação, associando-a à Reforma Sanitária e à constituição do SUS, nos marcos de seus princípios fundadores, voltados para a equidade social e os direitos de cidadania.

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PESQUISA

A Fundação Oswaldo Cruz originou-se do Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 como resposta a uma crise sanitária representada pela ameaça de extensão da epidemia de peste bubônica do porto de Santos para o Rio de Janeiro, então capital do país. Sua finalidade básica: a substituição de importação e o aprimoramento tecnológico de soros e vacinas. Esse projeto foi logo ampliado pela ação de Oswaldo Cruz, articulada ao processo de construção de nossa nacionalidade. O saneamento e a reurbanização da capital, assentada na lógica econômica centrada na intermediação financeira da exportação de produtos primários, constitui-se em projeto central dos primórdios da República. Tratava-se, para além da liberação dos portos, de constituir um novo símbolo para a sede da República, superando a imagem da cidade colonial por outra, inspirada nas modernas metrópoles européias. Para tanto, a nova concepção de higiene, surgida com a revolução pasteuriana, desempenhava um papel central.

Inspirado no Instituto Pasteur, o novo Instituto constituiu-se fora da universidade e com um modelo organizacional que reunia atividades de pesquisa, ensino, produção e prestação de serviços. Diferia, entretanto, da instituição francesa por sua vinculação aos órgãos federais de Saúde Pública, o que lhe conferiu importante papel na formulação de políticas e ações de Saúde Pública. Por sua vez, a arrecadação de recursos com a venda de produtos e a excelência científica conferiram uma “autonomia relativa” frente às instâncias centrais. Sua história centenária revela um expressivo sucesso e renovado compromisso com a construção da nossa nacionalidade e cidadania política

Esses traços retrospectivos adquirem relevância ao serem confrontados com os postulados de uma Ciência e Tecnologia (C&T) vinculada à lógica da internacionalização dos mercados. A dimensão da C&T tem sido dominada pelo diagnóstico da necessidade de mudanças radicais no papel do Estado e na gestão das Instituições Públicas de Pesquisa (IPP), de acordo com os cânones neoliberais. O financiamento público das pesquisas, por seu turno, tem sido discutido sob a ótica dos novos padrões de concorrências, da redução dos orçamentos governamentais e da globalização dos mercados.

Torna-se necessário situar esse diagnóstico na realidade sócio-política local. O Estado, no Brasil, foi o principal indutor e promotor das ações de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico ao longo de todo o século XX. Sem dúvida, é preciso rediscutir o financiamento público, as formas de gestão das instituições públicas de pesquisa, as estratégias de constituição das agendas de pesquisa e as formas de difusão e apropriação de seus resultados, bem como a propriedade intelectual. Porém, essa discussão não pode estar divorciada da consideração das diferenças históricas entre os países e de uma perspectiva crítica diante dos processos envolvidos com a globalização.

Para as instituições públicas de pesquisa e, em especial, a FIOCRUZ, torna-se, portanto, cada vez mais relevante consolidar sua legitimidade, lastreada na adequação de suas atividades às demandas sociais. A reestruturação do Sistema de Saúde, com a delegação de responsabilidades a estados e municípios, e as mudanças nos quadros sócio-demográfico e sanitário do país, associadas à implementação, por parte do Ministério da Saúde, de políticas e programas identificados com reivindicações históricas do movimento sanitário, colocam desafios e oportunidades para o fortalecimento do caráter público e estatal da FIOCRUZ e de suas funções estratégicas na tomada de decisões governamentais.

Busca, assim, elevar sua contribuição social em termos da resolução de problemas sociais e de Saúde e, como reservatório de capacitação científico-tecnológica em Saúde, contribuir para a capacidade estratégica do Estado e subsidiá-lo nas suas funções normativas e regulatórias.

A FIOCRUZ, balizada por estes princípios, tem procurado explicitar suas prioridades no âmbito da Saúde e da Ciência e Tecnologia em seu plano de orientação estratégica “Diretrizes para o Plano Quadrienal 2001-2005”. Este Plano

ênfatiza o aumento da contribuição da instituição para o SUS, nos seus vários programas institucionais – de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e produção, informação e comunicação, serviços de referência e desenvolvimento institucional – e já apresenta bons resultados nesse sentido. Pressupõe que a integração dessas diversas atividades constitui uma das singularidades da FIOCRUZ e representa um dos seus principais pontos fortes, cujo potencial sinérgico oferece um leque de amplas possibilidades de desenvolvimento e geração de resultados significativos que podem contribuir para a melhoria da Saúde e da qualidade de vida da população brasileira.

REVITALIZAÇÃO DO MOVIMENTO PELA REFORMA SANITÁRIA E CONSOLIDAÇÃO DO SUS

A vida e a saúde são valores fundamentais que só podem se expressar plenamente através do fortalecimento da consciência sanitária e de intensa participação social na implementação de políticas econômicas e sociais. Esse tem sido o princípio motor do Movimento pela Reforma Sanitária, que conquistou uma das poucas mudanças significativas da Reforma do Estado no Brasil. Ao criar novas formas de organização do aparelho do Estado, com controle da sociedade por meio de Conferências e os Conselhos de Saúde, realizou o maior processo de descentralização ocorrido na história do país.

O Sistema Único de Saúde é um processo em construção que implica a complexa substituição do modelo anterior à Constituição de 1988, dependente dos interesses mercantis, corporativistas e de políticas públicas excludentes – modelo esse substituído legalmente, mas ainda hegemônico em vários aspectos fundamentais.

Apesar das disposições legais, reconhece-se que o sistema de Saúde do país ainda não é universal, integral e equitativo. A maior causa é intersetorial, com a iniquidade e a desigualdade da oferta de bens geradores da qualidade de vida, tais como: renda familiar, trabalho (urbano e rural), emprego, habitação, segurança, saneamento, segurança alimentar, equidade na qualidade do ensino, lazer e outros. O resultado dos esforços do SUS seria seguramente bem melhor caso as políticas públicas referentes aos demais setores estivessem também sob a lógica dos direitos de cidadania.

A experiência de mais de uma década de SUS nos traz a convicção de que a construção da equidade tem precedência sobre a universalidade e a integralidade, por se constituir no princípio e no objetivo estratégico central, que perpassa os demais desafios, e ser condição para obter a universalidade e eficácia do sistema para atender com integralidade às necessidades coletivas e aos direitos de cidadania. O controle social é o instrumento central para a consecução desses objetivos.

Dentre os grandes desafios hoje enfrentados, destaca-se a escassez estrutural de recursos para dar suporte ao princípio constitucional de que "a Saúde é direito de todos e dever do Estado". O princípio da hierarquização e as relações de referência e contra-referência no SUS não estão sendo implementados com o ritmo e a qualidade necessários. A atenção básica, que deveria resolver 80% das necessidades de atenção à Saúde, está sendo considerada apenas como porta de entrada do sistema. Importantes iniciativas, como o Programa de Saúde da Família e os agentes comunitários, estão se configurando como redes paralelas às unidades básicas, que permanecem sem investimento estratégico, capacitação e resolutividade. No atendimento de média complexidade, acumulam-se as filas e os atos desnecessários. Essas distorções são também agravadas pela excessiva produção de normas, que retiram a autonomia dos Fundos Municipais de Saúde e provocam profundas distorções no perfil de oferta dos serviços.

As modalidades de remuneração de serviços atuais reforçam distorções do modelo de assistência, valorizando aspectos da lucratividade frente às necessidades da demanda de Saúde. Eles devem ser modificados através de orçamentos com metas pactuadas.

Torna-se, portanto, imprescindível articular os princípios do SUS e sua operacionalidade, através da formulação de grandes eixos estratégicos e recuperar a mobilização da sociedade para direitos de cidadania, que se esboçou de 1988 a 1990.

É preciso destacar, entretanto, que apesar dessas dificuldades, a implementação do dispositivo constitucional que criou o SUS ganhou crescente apoio político e social na década de 90, o que viabilizou mudanças institucionais e a sua descentralização. Nesse período, a participação dos estados e municípios no financiamento do SUS cresceu de 25% para 42%. Em 1999, 97% dos municípios brasileiros já assumiam responsabilidades na gestão do sistema de Saúde e eram responsáveis pela operação de quase 62% dos estabelecimentos de Saúde existentes no país. Alguns avanços merecem destaque como: a política de medicamentos genéricos, a incorporação da Vigilância Sanitária na agenda de prioridades do SUS, o início da implantação do cartão SUS e da regulação dos planos privados de Saúde.

PAPEL DA FIOCRUZ NA CONSTRUÇÃO DO SUS

A FIOCRUZ teve um papel de destaque na construção das bases teóricas e conceituais do capítulo da Saúde da Constituição de 1988, na formulação da Legislação complementar e na implementação do SUS. É urgente recuperar a importância desse papel, intensificando e aprofundando sua ação no processo de implementação dos mecanismos, ferramentas e instrumentos necessários à consolidação do SUS.

A FIOCRUZ, como instituição componente do Sistema de Saúde brasileiro, deve reforçar seu papel no processo de implementação do SUS, elevando seus compromissos com a governança e com o desenvolvimento do sistema. Para tanto, o conjunto das competências da FIOCRUZ, bem como o seu próprio processo de desenvolvimento científico, tecnológico, de produção de insumos e de prestação de serviços, em todas suas vertentes, devem estar fortemente referidos pela agenda de prioridades e desafios para a consolidação do SUS.

Dados os elementos constitutivos do Plano Quadrienal nos diversos programas finalísticos da instituição (pesquisa e desenvolvimento, ensino, serviços de referência, produção, informação e comunicação) quanto ao SUS, deve-se considerar a participação da FIOCRUZ:

1. na formulação da Política Nacional de Saúde e na Política Nacional de C&T em Saúde;
2. na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico para o SUS;
3. no sistema nacional de Vigilância Sanitária, epidemiológica, ambiental e de laboratórios de Saúde Pública;
4. no componente assistencial do SUS, por meio de seus serviços de referência;
5. na produção e no desenvolvimento de insumos em Saúde (medicamentos, vacinas, reativos para diagnóstico, fármacos, produtos para controle de vetores etc.) para o SUS;
6. na formação de recursos humanos para o SUS;
7. no Sistema Nacional de Informação em Saúde;
8. na área de Comunicação em Saúde;
9. no contexto do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Manguinhos e outras experiências nacionais e regionais similares.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

O Brasil é fortemente dependente de tecnologias, tanto na área pública quanto no setor produtivo privado. Pela sua posição na interface do sistema de Saúde com o sistema de C&T, a FIOCRUZ deve ampliar sua atuação para a inovação em

Saúde, propiciando a organização de redes de conhecimento voltadas para aplicação no sistema de Saúde. Para tanto, torna-se essencial o estreitamento das parcerias, preferencialmente dentro do setor público e com o setor privado.

A inovação tecnológica não é um processo linear, que se inicia na pesquisa de bancada e se conclui com a incorporação de processos e produtos ao sistema produtivo. Há uma forte interação entre esses diversos momentos. O processo produtivo e o desenvolvimento tecnológico são, muitas vezes, precondições e indutores de pesquisa básica, enquanto esta é indispensável quando se pensa em atingir grandes saltos no processo de inovação.

O processo de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação é um componente da cadeia de CT&I com uma cultura, processos de trabalho e equipes específicos e que demanda arranjos organizacionais apropriados para suas finalidades. Há necessidade de definição prévia de produtos almejados para os quais o tempo de maturação, taxa de risco e investimento são elevados. É indispensável a adoção de Boas Práticas de Laboratório (BPL), Boas Práticas de Experimentação Animal (BPEA), Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Boas Práticas Clínicas (BPC) para obtenção e estudos de produtos e processos. Além da profissionalização da gestão tecnológica, com domínio para estudos de factibilidade, viabilidade, patenteamento, contratos de transferência de tecnologias, gerenciamento de redes e cadeias produtivas.

É necessário destacar que a eficácia desta interação exige também a superação de duas fortes carências presentes na FIOCRUZ: a modernização de infraestrutura física e de equipamentos de laboratórios das unidades técnicas envolvidas e a implementação de um Plano Diretor para Animais de Laboratório (Criação, Infectório e Experimentação) que venha atender às demandas da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico em padrões de excelência, evitando duplicações e dispersão de recursos. A flexibilidade gerencial e o aprimoramento de competências organizacionais, relacionais, técnicas e de recursos humanos visando à competitividade e à auto-sustentabilidade tecnológica e econômica, adquirem nesta área um papel preponderante.

O desenvolvimento tecnológico na FIOCRUZ envolve atividades de produção e de pesquisa biomédica, clínica e social em Saúde Pública. A Fundação tem se destacado no desenvolvimento de medicamentos, vacinas e reagentes diagnósticos, novos protocolos clínicos; de metodologias didático-pedagógicas para a formação de trabalhadores, de metodologias e ferramentas para a produção e disseminação de informações em Saúde, de um corpo conceitual capaz de articular educação-informação-comunicação em Saúde, de indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, além de conceitos de estratégias para a implementação de políticas públicas. O processo de capacitação tecnológica nessas áreas exige uma estreita articulação com os organismos governamentais e setores sociais envolvidos no movimento da Reforma Sanitária, bem como o esforço para assegurar a continuidade no financiamento de ações não cobertas pelas linhas tradicionais de fomento.

A disseminação rápida e eficiente da produção de conhecimento nessas áreas é um dos principais componentes da inovação. Parte significativa do processo inovador na área da Saúde é a constituição de interlocutores nos serviços de Saúde e nas diferentes instâncias dos Conselhos de Saúde, assegurando o diálogo, a eleição de prioridades e a co-produção do processo inovador. Portanto, este processo envolve a proposição de novas estratégias de apropriação social de conhecimentos científicos e tecnológicos, baseadas nos princípios da universalidade, da integralidade e da equidade.

A presença de atividades de produção no interior da FIOCRUZ demonstra a importância da participação de instituições públicas em toda a cadeia de inovação, ao contrário da visão corrente que restringe suas funções à geração de conhecimento, delegando às empresas privadas toda a responsabilidade pelo componente de inovação. As unidades de produção do setor público assumem um papel estratégico de inovação tecnológica.

O processo de capacitação tecnológica da FIOCRUZ exige uma maior aproximação entre unidades de produção e unidades técnico-científicas e de apoio, a definição de programas comuns, a introdução de indicadores de produtividade mais afeitos ao desenvolvimento tecnológico, o estabelecimento de linhas de financiamento capazes de viabilizarem processos prolongados de pesquisa, a produção de mecanismos de definição de prioridades que incluam setores sociais, além da formação conjunta de quadros para atuarem em processos de desenvolvimento que visem à inovação em Saúde.

Neste sentido, o Plano Quadrienal em curso elegeu duas prioridades centrais: os Programas de Desenvolvimento Tecnológicos (PDTIS e PDTSP) e a criação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), ao qual se articula a Planta de Protótipos.

Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos de Saúde (PDTIS)

O PDTIS visa ao desenvolvimento de novos fármacos, vacinas, reagentes para diagnóstico e produtos para controle de vetores, assim como o aperfeiçoamento de produtos existentes. Já se encontram em implantação as primeiras três redes cooperativas do Programa: Medicamentos, Vacinas recombinantes e DNA e a rede de Genoma e Proteoma, financiadas por recursos orçamentários e diretamente arrecadados.

Programa de Desenvolvimento Tecnológico para Saúde Pública (PDTSP)

O PDTSP tem como objetivo fortalecer a pesquisa orientada por problemas e a geração de evidências e recomendações para a melhoria do desempenho de programas e serviços de Saúde, para a adoção de novos protocolos clínicos e para a decisão sobre a incorporação de novas tecnologias e processos na Saúde Pública.

Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS)

A fase de desenvolvimento tecnológico de processos e produtos que compõe a cadeia de CT&I em Saúde demanda instalações e equipamentos, processos de trabalho e formas de organização e gestão próprias, que não se confundem com as das atividades de pesquisa e de produção. Para suprir uma lacuna no país neste campo, a FIOCRUZ criará o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS).

O CDTS destina-se ao desenvolvimento de produtos prioritários do Plano Estratégico de Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ. Estes produtos-candidatos serão submetidos a etapas de processamento experimental, visando a determinar e a apurar suas melhores características e a analisar sua segurança, imunogenicidade/reatogenicidade e eficácia – no caso de produtos de uso terapêutico – até a fase de estudos pré-licenciamento.

O CDTS tem como objetivo aumentar a capacidade do país para produzir bens e insumos de Saúde de natureza biotecnológica, atendendo a necessidades de Saúde da população, viabilizando programas sanitários nacionais e diminuindo a dependência externa nesse campo. Está voltado para estabelecer pontes entre interesses internos e externos e áreas de pesquisa e inovação.

Nesse sentido, busca-se superar os modelos de substituição de importações das décadas de 70 e 80 – que marcou a experiência nacional, e da FIOCRUZ em particular, quando o desenvolvimento ficou centrado no ajuste do processo produtivo – e o modelo neoliberal recente, dominado por importações e dependente tecnologicamente.

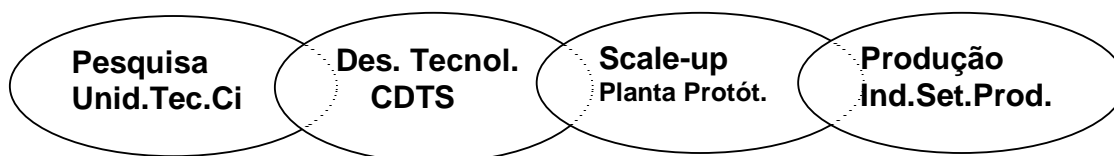
Sua implantação exige fontes alternativas de financiamento e um projeto tecnológico, econômico-financeiro, físico e gerencial para garantir eficiência, otimização de recursos e conclusão de metas no curto prazo.

Planta de Protótipos

A Planta de Protótipos, em articulação com o CDTS e as unidades técnico-científicas, vem complementar a cadeia de inovação tecnológica, preenchendo a lacuna existente entre o estabelecimento de um processo de obtenção do produto-candidato e o processo de produção em escala industrial.

O objetivo é permitir o escalonamento de insumos para Saúde (imunobiológicos para uso humano, reagentes para diagnóstico e fármacos), oferecendo estrutura física e organizacional de acordo com as normas nacionais e internacionais, essenciais para a obtenção dos registros dos novos produtos junto aos órgãos competentes.

Na FIOCRUZ, a cadeia de inovação tecnológica estará representada, desta forma, na interação das unidades de pesquisa com o CDTS, a Planta de Protótipos e os setores de Produção, conforme o diagrama a seguir:



As tecnologias e os produtos desenvolvidos no CDTS devem ser prioritariamente transferidos para as unidades de produção da FIOCRUZ: Bio-Manguinhos e Far-Manguinhos. Aqueles que não forem inerentes à missão destas unidades poderão ser transferidos para outras instituições públicas ou privadas.

A PESQUISA NO BRASIL

A Saúde é um objeto complexo, constituindo-se na interseção de diversas abordagens conceituais, de metodologias, de tradições disciplinares. Além do conceito multifacetado da Saúde, é preciso entender a pesquisa em Saúde como toda aquela cuja aplicação pode resultar na melhoria do nível da Saúde da população. Seu campo, portanto, não se limita ao recorte de áreas de conhecimento tradicionalmente identificada como tal – pesquisa biomédica, clínica e de Saúde Pública –, mas abrange todo o espectro das humanidades, ciências exatas e da terra, engenharias, ciências agrárias etc. Na FIOCRUZ essa realidade se expressa de forma contundente na diversidade de disciplinas e na inter e transdisciplinaridade presente em suas linhas e projetos de pesquisa, que vão da ciência biomédica básica, epidemiologia e clínica até os estudos de história, ciências sociais e educação.

A FIOCRUZ teve destacada participação no processo de redirecionamento estratégico da pesquisa em Saúde que se intensificou a partir da década de 90. O marco central foi a I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde (CNC&T/S), quando ficou estabelecido que a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde deve ser um componente da Política Nacional de Saúde. Desta postulação resultou a necessidade de fortalecer mecanismos de indução referidos a critérios de relevância e articulação com a agenda de prioridades em Saúde.

Apesar de seu importante papel na mudança de cultura, as resoluções centrais da I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde não foram implementadas. Terão novo momento privilegiado para discussão com a realização da II Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovação e Saúde, convocada pela XI Conferência Nacional de Saúde e prevista para 2003. Na ocasião, deverão ser consolidadas as diretrizes para implementação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&I/S) deve pautar-se pelo "compromisso ético e social de melhoria – a curto, médio e longo prazos – das condições de Saúde da população brasileira, considerando particularmente as diferenciações regionais, buscando a equidade" (I CNCT/S, 1994).

O principal desafio para a constituição de uma política de CT&I/S é promover a coordenação entre a Política Nacional de Saúde (MS) e a Política Nacional de CT&I (MCT). No plano de sua missão, a Política de CT&I/S deve subordinar-se à lógica da Política Nacional de Saúde, com suas prioridades e objetivos gerais vinculados ao atendimento das necessidades de Saúde e à conquista de padrões mais elevados de equidade. No plano de seu exercício, a Política de CT&I/S deve subordinar-se à lógica das práticas e dos métodos da pesquisa científica e tecnológica, muitas vezes distintas das que governam a Política de Saúde.

A discussão da pesquisa em Saúde no Brasil deve necessariamente partir da análise crítica da situação nacional. É urgente discutir estratégias que assegurem a extensão dos resultados da pesquisa científica e tecnológica à população brasileira, coadunando-a com o aumento da capacidade de indução de organismos governamentais de diferentes níveis e dos setores sociais. Impõe-se, desse modo, a análise da baixa capacidade de indução de setores sociais e dos serviços de Saúde; da falta de mecanismos de controle e de instrumentos de acompanhamento das políticas de C&T; da descontinuidade das políticas nacionais de C&T; da ausência de articulação entre as ações de fomento e as políticas públicas capitaneadas pelo MCT e pelo MS; da falta de uma política industrial e da debilidade tecnológica da indústria nacional, que dificulta a construção de mecanismos de transferência de conhecimentos e a formulação de demandas tecnológicas pela indústria.

Agenda de Prioridades

Dentre as estratégias da Política de CT&I/S, ganha importância a necessidade de construção de uma agenda nacional de prioridades para a pesquisa em Saúde. Apesar da rica experiência internacional a esse respeito, inexiste no Brasil um consenso sobre critérios para formulação de uma agenda de prioridades que inclua as necessidades nacionais e regionais e que seja capaz de induzir a produção de conhecimentos, processos e bens materiais em áreas prioritárias das políticas sociais. Essa é uma tarefa urgente, especialmente no momento em que se inicia um novo Governo e se delinea a formulação de um novo Plano Plurianual (PPA).

O processo de construção e atualização da agenda de prioridades é eminentemente político, devendo envolver necessariamente em sua elaboração o conjunto de atores sociais – gestores da política de Saúde, agências de fomento, pesquisadores, empresários do setor produtivo, sociedade civil organizada – interessados na PNCT&I/S.

A aproximação entre ciência, tecnologia e sociedade no Brasil deve redundar na construção de uma agenda de prioridades em pesquisa, particularmente no campo da Saúde. Este exercício deve envolver tanto a pesquisa de conhecimentos científicos quanto o desenvolvimento tecnológico e a pesquisa operacional de procedimentos para os serviços de Saúde. É fundamental, todavia, que as ações políticas de CT&I/S articulem-se com as lógicas e os princípios que movimentam o Sistema Único de Saúde desenhado pela Reforma Sanitária: universalidade, integralidade e equidade.

A coordenação da PNCT&I/S deve contar com um órgão de gerenciamento superior, vinculado ao Ministério da Saúde. As atribuições deste órgão devem ser coerentes com os eixos condutores e os princípios da PNCT&I/S, destacando-se entre estas atividades a articulação interinstitucional como mecanismo privilegiado de atuação, o gerenciamento do processo político de definição de prioridades e a coordenação das atividades de P&D no interior do Sistema Único de Saúde, em consonância com as atividades gerais da PNCT&I/S.

Pesquisa na FIOCRUZ

A base primordial do trabalho da FIOCRUZ foi e continuará sendo a pesquisa em Saúde como fonte do conhecimento da realidade e das alternativas para enfrentar os desafios e agravos à Saúde.

A FIOCRUZ destaca-se por realizar pesquisa de qualidade em todas as etapas da cadeia do conhecimento, desde a pesquisa fundamental até o desenvolvimento tecnológico destinado à produção de insumos para a Saúde. A manutenção dessa abrangência e seu fortalecimento são constituintes básicos da política de pesquisa.

Historicamente, alguns dos grandes momentos da FIOCRUZ, no que tange à pesquisa, ocorreram quando a mobilização dos pesquisadores traçou objetivos e alvos bem delimitados e de grande importância sanitária e social. Este esforço de pesquisa, hoje conhecido como pesquisa estratégica, deve ser uma prioridade no elenco das atividades de pesquisa da Fundação.

A FIOCRUZ tradicionalmente investe de forma intensiva e regular nas atividades de pesquisa, buscando acumular conhecimentos e informações, tendo obtido resultados científicos e tecnológicos importantes.

Um dos aspectos mais importantes da Era do Conhecimento é a possibilidade de grandes segmentos populacionais terem acesso à informação de qualidade, com vistas a ganhar competência para gerir seu próprio estado de Saúde. Em decorrência, as ações de informação científica e tecnológica, bem como a difusão de informação de Saúde, devem ser consideradas parte integrante da política de pesquisa da FIOCRUZ.

Um dos mais importantes mecanismos de apoio/fomento à pesquisa na Fundação é o Programa de Apoio à Pesquisa em Saúde (PAPES), criado em 1993 como uma forma inovadora, objetiva e competitiva de utilização dos recursos diretamente arrecadados no financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Propõe-se:

1. ampliar e diversificar as fontes de fomento para pesquisa e inovação em Saúde. O fundo setorial da Saúde deve ser incrementado com identificação de novas fontes, como a taxação de atividades produtivas que geram "dívida sanitária";
2. reforçar o componente de Gestão Tecnológica, difundindo o conhecimento e a aplicação dos princípios que regem a Propriedade Intelectual, especialmente patentes e informações confidenciais, fundamental para se traçar a estratégia do Desenvolvimento Tecnológico;
3. estabelecer mecanismos para a formulação de uma agenda de prioridades para a pesquisa na FIOCRUZ, que articulem as agendas governamentais de Saúde e de CT&I com as questões formuladas por setores sociais atuantes no campo da Saúde e com os estudos sobre os contextos sócio-sanitários e científico-tecnológico;
4. assegurar condições para o comportamento ético na pesquisa através das Comissões de Ética em Pesquisa (CEPs), das comissões institucionais e dos revisores adjuntos, em consonância com as normas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CONEP) e pelo Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA) e demais normas pertinentes às atividades realizadas na FIOCRUZ;
5. promover a ampliação, o fortalecimento, o aperfeiçoamento, o acompanhamento e a avaliação periódica dos projetos das unidades e dos programas institucionais de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, incluindo os programas de pesquisador-visitante, de técnicos e tecnologistas e os convênios de cooperação internacional;
6. implementar um Plano Diretor para produção e utilização de animais de laboratório na FIOCRUZ, que venha atender às crescentes demandas de pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico nas diversas áreas da Saúde;
7. implementar a agilização e racionalização da importação e aquisição no mercado nacional de insumos, reagentes e equipamentos para pesquisa, incluindo propostas para modificação da legislação existente;

8. definir requisitos para criação e continuidade de laboratórios, núcleos e centros de pesquisa a serem aprovados pelo Conselho Deliberativo (CD) da FIOCRUZ;

9. promover a ampliação, o fortalecimento, o aperfeiçoamento, o acompanhamento e a avaliação dos programas institucionais de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico (Papes, PDTIS, PDTSP);

10. fomentar programas institucionais organizados em forma de redes cooperativas horizontais como um dos mecanismos para indução de projetos estratégicos, visando não só a otimização dos recursos mas também a complementaridade do conhecimento científico e tecnológico existente na instituição, sem prejuízo para os demais programas e linhas de pesquisa consolidadas;

11. priorizar no orçamento institucional a distribuição de recursos para programas institucionais induzidos. Esses recursos terão origem em um fundo institucional especial, definido pelo CD-FIOCRUZ em bases bianuais, com avaliação ao final de cada ano pelo mesmo CD, sem prejuízo das atividades institucionais regulares.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E PRODUÇÃO DE INSUMOS PARA A SAÚDE

Fármacos e Medicamentos

A universalidade de acesso a insumos de Saúde é garantida pela Lei Orgânica da Saúde. Responder a esse preceito legal, entretanto, é um grande desafio, considerando-se a magnitude da demanda e a dependência do país nessa área.

É importante destacar que 80% dos fármacos utilizados no Brasil estão fora da proteção patentária, já que suas datas de depósito têm mais de 20 anos. Frente a essa realidade, a engenharia reversa, que parte de um produto existente para elucidar seu processo de desenvolvimento, representa, entre outras, importante estratégia para a substituição de importações e o atendimento da demanda de medicamentos essenciais – iniciativas que podem produzir efeitos em curto prazo.

Faz-se necessário concentrar esforços na superação de problemas graves em relação à capacitação nacional: indústria farmoquímica, farmacologia e toxicologia para fase pré-clínica. Os estudos clínicos não são iniciados dada a inexistência de centros capacitados em farmacologia e toxicologia nas condições BPL (Boas Práticas de Laboratório).

A definição de prioridades para a produção de medicamentos deve considerar a relevância social, científica e tecnológica e sua importância para a regulação de mercado.

Patentes

Desde a entrada em vigor no Brasil do TRIPS (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), em 1º de janeiro de 1995, o panorama do desenvolvimento nacional alterou-se profundamente. Ao contrário da noção estabelecida de que o direito de patentes é um indutor do desenvolvimento tecnológico, por aumentar os incentivos à inovação e à competitividade internacional, essa afirmação não reflete a realidade dos processos históricos – em que o desenvolvimento tecnológico e industrial antecipou o estabelecimento dessa normatização – nem atende aos desafios de demandas de países não desenvolvidos, em especial no que se refere ao enfrentamento das doenças negligenciadas.

O setor privado não tem interesse em investir em medicamentos para doenças negligenciadas, que dão pouco retorno financeiro, tendo em vista o reduzido poder de compra dos mercados a elas associados. Hoje, toma corpo a reação desses países no sentido de colocar a Saúde Pública acima dos interesses dos proprietários das patentes. A Declaração de Doha foi um primeiro passo nessa direção e na busca de um equilíbrio entre os direitos de quem investe em P&D e os objetivos sociais desse investimento: a melhoria da Saúde das populações.

Os desafios nacionais nessa área não podem ser pensados a partir de uma visão do fortalecimento de instituições isoladas, mas sim com base no estabelecimento de uma rede integrada com competências complementares. A experiência de redes internacionais, e em especial do Drugs for Neglected Disease Initiative (DNDI), da qual a FIOCRUZ é fundadora, demonstra a relevância desses postulados.

Medicamentos Baseados em Produtos Naturais

A Organização Mundial de Saúde estimou em 1985 que 75% da população mundial fazia uso de ervas como medicamento. Cerca de 44% dos produtos naturais estavam envolvidos nos processos de obtenção de novas drogas e mais de 60% dos remédios aprovados anti-neoplásicos, entre os anos de 1983 e 1994, tinham origem natural. Frente a essa realidade, o Brasil, que possui em torno de 50 mil espécies vegetais (22% das espécies do planeta), tem um potencial invejável para desenvolver competência nesse campo, atender a demandas nacionais e competir no mercado internacional.

A promoção de investimentos na exploração intensiva e contínua da biodiversidade nacional em prol do desenvolvimento regular e acelerado de novas drogas, com definição de objetivos, metas e prazos, é condição essencial para uma futura posição de liderança mundial nesse setor.

Imunobiológicos

A imunização é um dos instrumentos da Saúde Pública que apresenta excelente relação de custo-benefício. O Brasil tem grande experiência no desenvolvimento de campanhas de vacinação com resultados extremamente significativos, como atestam os exemplos da varíola, da febre amarela, da pólio, do sarampo etc. Possui também, no setor público, significativa experiência no campo da produção. A tradição de desenvolvimento tecnológico nesse campo, entretanto, ainda está aquém das necessidades, tendo sido focada até recentemente na adaptação de procedimentos e na importação de tecnologias.

O mercado mundial de vacinas vem se valorizando em função da grande inovação tecnológica, com produtos de alto valor agregado. Este fato vem levando a fusões e aquisições, tornando o mercado ainda mais oligopolizado, competitivo e complexo. A produção deixou de ser realizada centralmente pelo setor público. As exceções são Brasil e Cuba, que continuam produzindo vacinas pelo setor público.

Estão em curso no país importantes empreendimentos que propiciarão condições de BPF e BPL para as atividades de produção e controle, além de ampliar significativamente a capacidade produtora nacional e de permitir a introdução de novos produtos.

Diagnósticos

O campo de diagnóstico das doenças infecto-parasitárias, doenças genéticas e crônico-degenerativas é de extrema importância para a Saúde Pública no país. Não só constitui o alicerce da intervenção e do tratamento de pacientes, mas forma também um sistema de notificação, base para estatísticas e fornecimento de informações gerenciais em Saúde, permitindo estudos epidemiológicos, análise de variabilidade genética de patógenos e emergência de novas entidades nosológicas. São os subsídios gerados nesse cenário que irão nortear o planejamento de prevenção e priorizar a disponibilização de tratamento. É, portanto, essencial para uma efetiva intervenção e para otimizar os recursos do SUS, permitindo a adequação de recursos para diagnóstico à realidade nacional (variedades locais de agentes infecciosos, particularidades genéticas da população etc).

A demanda de diagnósticos está em constante movimento, com rápida evolução e sofisticação tecnológica. Prevê-se um atraso crescente do Brasil nessa área, já que a grande maioria dos insumos para diagnóstico é importada, e pode-se constatar um crescente distanciamento tecnológico. Assim, o desenvolvimento e a produção nacional de insumos de diagnóstico, adaptados às necessidades e particularidades nacionais, é de extrema importância.

O Papel da FIOCRUZ

As atividades de desenvolvimento tecnológico e produção de medicamentos, imunobiológicos e reagentes para diagnóstico estão atualmente a cargo de Far-Manguinhos e Bio-Manguinhos. Far-Manguinhos é o segundo maior laboratório farmacêutico público. Nos últimos anos, houve um crescimento considerável em sua linha de produtos, que responde atualmente por 5% do mercado público.

Ao fornecer medicamentos para o mercado público, em particular em áreas nas quais o setor privado tem pouco interesse, a FIOCRUZ tem contribuído para a Saúde Pública e permitido a redução dos custos do Ministério da Saúde e de estados e municípios com a assistência farmacêutica. As disparidades nos preços são exorbitantes, chegando a valores de 3 a 10 vezes menores, provando como o setor privado é lucrativo nessa área.

Em alguns casos, como o dos medicamentos anti-retrovirais usados no tratamento da Aids, a atividade da FIOCRUZ tem permitido não só ampliar a relação dos medicamentos incluídos no programa de Aids do Ministério da Saúde, como também tem servido, com poder de negociação junto aos laboratórios privados, como balizador de preços. É importante destacar a redução, de pelo menos 50%, nos preços das drogas anti-retrovirais nas compras do Ministério da Saúde.

Na área de desenvolvimento tecnológico, os projetos de maior complexidade de Far-Manguinhos são voltados para o desenvolvimento de fitomedicamentos, a formação de um banco de germoplasma para plantas medicinais, a constituição de uma coleção de extratos vegetais de referência e o desenvolvimento de novas moléculas para Aids, malária, tuberculose e Doença de Chagas.

Projetos de menor complexidade e visibilidade, porém de impacto no sistema de inovação brasileiro, têm envolvido o desenvolvimento de processos de produção para medicamentos fora de patente, de interesse da Saúde Pública, que não são produzidos no país. Esses processos são repassados para empresas nacionais, que assumem o compromisso de fornecimento para Far-Manguinhos.

A produção de vacinas na FIOCRUZ tem sido um importante elemento nos programas de imunização do Ministério da Saúde. A produção de reagentes para diagnóstico é direcionada principalmente para aqueles produtos essenciais aos programas de Saúde Pública, nos quais a iniciativa privada tem pouco interesse. Há claras possibilidades de maior amplitude e desenvolvimento nessa área, que se configura como de especial vocação da FIOCRUZ, pela sua inserção com as pesquisas desenvolvidas sobre agentes de doenças transmissíveis.

Atualmente, 75% das vacinas utilizadas no Brasil são produzidas no país e não há produtor privado, nacional ou multinacional atuando no setor. A FIOCRUZ desenvolve e fornece painéis e soros de referência para sangue e hemoderivados para o sistema público, tendo obtido o certificado de BPF da Anvisa e da

Organização Mundial da Saúde, o que a credencia como fornecedora de vacina de febre amarela para as agências das Nações Unidas, após o atendimento da demanda nacional.

Na área de produção de insumos para a Saúde, a FIOCRUZ atenderá prioritariamente a demanda pública nacional em vacinas, reativos para diagnóstico, fármacos e medicamentos. Em caso de excedentes de produção, estes produtos poderão ser comercializados em outros mercados nacionais e internacionais, devendo a Fundação, para tanto, buscar caminhos legais e capacitação comercial com profissionalismo e transparência.

Propõe-se:

1. instituir uma agência governamental de fomento às atividades de P&D voltadas para o setor de produção e desenvolvimento de insumos de Saúde;

2. fortalecer a política institucional de proteção do conhecimento e registro de patentes da FIOCRUZ;

3. reforçar o estabelecimento de parcerias público-público, preferencialmente, e público-privado, tanto em nível nacional quanto internacional, para o intercâmbio de conhecimentos, serviços e tecnologias, assegurando-se os direitos e deveres das partes envolvidas, devendo-se elaborar para tanto critérios discutidos pelos CDs das unidades e aprovados pelo CD da FIOCRUZ;

4. estabelecer critérios, em menor prazo possível, através do CD-FIOCRUZ, para aprovação das propostas de interação público-privado e público-público de suas unidades, inclusive para os contratos de venda ou transferência de produtos e tecnologia, assim como para os mecanismos de acompanhamento da execução dos mesmos;

5. fortalecer as relações comerciais da FIOCRUZ com os países que realizem atividades relacionadas aos setores de insumos de Saúde, para atender às necessidades e prioridades institucionais;

6. fortalecer a política institucional de defesa dos interesses nacionais de natureza econômica e sanitária, contribuindo para:

- produzir internamente medicamentos para atender às diretrizes das políticas de Saúde vigentes no Ministério da Saúde e nos estados e municípios;
- transformar os produtos farmacêuticos produzidos, hoje considerados como similares em genéricos, com o reforço à integração de competência junto às unidades que realizam pesquisa clínica na FIOCRUZ;
- participar de forma efetiva nos esforços governamentais visando ao

atendimento de necessidades da população na área de medicamentos e imunobiológicos, tanto pelo desenvolvimento quanto pela produção e pelo controle e avaliação dos mesmos;

- subsidiar o Ministério da Saúde para a política de regulação de preços, tanto pela análise dos custos de cada produto quanto pela oferta de medicamentos, sobretudo daqueles mais sujeitos à ação de oligopólios e cuja disponibilidade possa levar à redução de preços, tanto para o setor público quanto para o setor privado;

- incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico de fitomedicamentos, adotando como critérios a padronização química e a validação farmacológica e toxicológica;

- fortalecer o desenvolvimento de vacinas, reativos para diagnósticos e soros de referência para controle de qualidade em hemocentros, visando a atender às necessidades do SUS;

- desenvolver a planta de protótipos, com adequada estrutura física e força de trabalho, apropriados ao escalonamento de insumos de Saúde, de acordo com as normas nacionais e internacionais.

7. garantir a implantação e o funcionamento dentro das Boas Práticas de Laboratório (PBL), Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Boas Práticas de Experimentação Animal (BPEA) dos complexos tecnológico-produtivos de imunobiológicos, fármacos e medicamentos;

8. articular ao CDTS as competências das unidades que realizam pesquisa clínica na etapa de testes clínicos, visando ao desenvolvimento de insumos de Saúde, particularmente de medicamentos, reagentes de diagnósticos e imunobiológicos.

A FIOCRUZ COMO CENTRO NACIONAL COLABORADOR NAS ATIVIDADES LABORATORIAIS, DE ASSISTÊNCIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

As atividades de referência devem criar e implementar critérios de gestão objetivos e claros para o credenciamento no “Sistema referenciado” e de articulação com fontes de fomento do Ministério da Saúde, que estão diretamente ligadas a este sistema, assim como estabelecer políticas que viabilizem a articulação da FIOCRUZ com o Ministério.

A FIOCRUZ está investindo na reorganização de seus laboratórios de referência, definindo critérios institucionais para seu credenciamento, tais como recursos humanos e infra-estrutura adequada, assim como um sistema de gestão da qualidade em operação. Vinte e cinco desses laboratórios já foram indicados como de referência nacional ou regional para a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica.

A superação dos problemas identificados e a consolidação dos serviços de referência vão proporcionar uma retaguarda estratégica na organização do sistema de Saúde brasileiro. Para tanto, devem caminhar na lógica da integralidade da FIOCRUZ, ou seja, devem estar organizados articulando atividades de assistência clínica, exames laboratoriais, controle de qualidade, cooperação técnica, vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, decorrentes e/ou associados à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à formação de recursos humanos.

No âmbito assistencial, a viabilização desta concepção deverá trazer consigo o ideário da "tecnologia com humanização", o que significa que nossos serviços de atendimento à população devem incorporar tecnologia de alta complexidade ao mesmo tempo em que destacam a valorização do aspecto humano/emocional, através das seguintes atividades:

1. viabilizar a construção ou adequação de instalações para o atendimento a pacientes com patologias de alta complexidade e doenças negligenciáveis;
2. capacitar recursos humanos para a rede assistencial do SUS;
3. desenvolver pesquisas clínicas com a intenção de elaborar protocolos que orientem procedimentos diagnósticos, terapêuticos, de recuperação e de promoção à Saúde;
4. desenvolver metodologias (organizacionais, programáticas, gerenciais etc) igualmente a serem implementadas pelo SUS no âmbito dos serviços de Saúde, ambiente de trabalho, escolas e comunidade.

Um conjunto de iniciativas e decisões internas é fundamental para que se possa dotar os serviços de condições para corresponder adequadamente a essas atribuições. Cabe destacar o processo de Acreditação Hospitalar como metodologia fundamental para assegurar a qualidade do conjunto de procedimentos de nossos serviços.

No âmbito laboratorial, destaca-se a participação na estruturação das Portarias Funasa 409 e 410, de 12 de setembro de 2002, que organizam as sub-redes de diagnóstico e de vigilância laboratorial no país, integrantes da Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância Epidemiológica, com as seguintes atividades:

1. realização de ensaios de alta complexidade;
2. capacitação de recursos humanos para a Rede Nacional de Laboratórios;
3. desenvolvimento de metodologias analíticas para a Rede;
4. controle da qualidade/avaliação dos laboratórios de referência regional, estadual, municipal e locais pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

Também na área laboratorial, um conjunto de decisões internas é fundamental para dotar os laboratórios de referência de condições para corresponder a tais atribuições. Para tanto, foi publicada a Portaria FIOCRUZ 430/2002-PR, de 13 de setembro de 2002, que define os critérios para o reconhecimento interno dos

laboratórios de referência, os quais especificam requisitos prévios para a atuação como referência, assim como para a implantação/implementação do sistema de gestão da qualidade, instrumento fundamental para a confiabilidade dos resultados analíticos.

Propõe-se ainda o fortalecimento dos centros de referência existentes nas unidades de pesquisa com previsão orçamentária no Programa de Objetivos e Metas (POM), além de definição de indicadores específicos de produtividade.

A FIOCRUZ na área de Vigilância Sanitária

Após 14 anos de aprovação da Constituição Brasileira, o SUS é uma realidade. No entanto, somente nos últimos anos a Vigilância Sanitária foi incluída na agenda de prioridades do próprio SUS; do que é indicativo a criação da Anvisa.

Nesse contexto, a participação da FIOCRUZ no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária deve ser aprofundada, principalmente em relação à formação de Recursos Humanos e à estruturação da Rede Nacional de Laboratórios, fortalecendo o conceito de Vigilância em Saúde.

Diversas unidades da FIOCRUZ realizam atividades de Vigilância Sanitária ou para ela contribuem com a produção de conhecimento e formação de recursos humanos. Dentre essas unidades, destaca-se o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), atualmente subordinado tecnicamente à Anvisa e administrativamente à FIOCRUZ. É o laboratório de referência nacional para o controle de qualidade de produtos, ambientes e serviços relacionados à Vigilância Sanitária. Trata-se de um dos principais alicerces técnico-científicos do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Propõe-se:

1. encaminhar proposta de alteração da Medida Provisória nº 2190-34 de 21/08/01 de criação da Anvisa, que subordina o INCQS tecnicamente à Anvisa e administrativamente à FIOCRUZ, no sentido de que o INCQS tenha tratamento igualitário às demais unidades técnico-científicas da Fundação;
2. fortalecer a área de controle da qualidade em Saúde, recolocando-a no contexto dos programas do Ministério da Saúde, estabelecendo procedimentos interinstitucionais que assegurem o papel do INCQS como unidade técnica da FIOCRUZ, sua relação com a Anvisa, em particular com a Rede Brasileira de Laboratórios de Saúde (REBLAS), Rede Nacional de Laboratórios de Controle de Qualidade em Saúde (RNLOCQS) e o Sistema de Gerenciamento da Qualidade;
3. buscar mecanismos perenes de financiamento do sistema laboratorial brasileiro em Saúde Pública, no conjunto da discussão sobre o financiamento

dos LACENs e nos demais recursos federais disponibilizados, tendo em vista que são atividades específicas de Estado;

4. criar mecanismos institucionais e legais de articulação da FIOCRUZ com a Farmacopéia Brasileira, em particular com a Comissão Permanente de Revisão da Farmacopéia Brasileira, garantindo o caráter estatal da regulação técnica na área de medicamentos e imunobiológicos;
5. participar, através das unidades técnico-científicas da FIOCRUZ, das definições do sistema de informação em Vigilância Sanitária, dentro do contexto do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e integrar-se à Biblioteca Virtual em Saúde, criando uma base de dados específica e de caráter nacional;
6. reconduzir o INCQS como coordenador da RNLOCQS, definindo o seu papel como Gerente Nacional da Rede de Laboratórios de Saúde Pública;
7. posicionar-se contra a política de privatização das ações laboratoriais em Saúde Pública, uma vez que se caracterizam como função de Estado;
8. reafirmar seu papel como um dos principais alicerces técnico-científicos do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, fortalecendo a área de controle de qualidade pelo Estado.

SAÚDE E AMBIENTE

A FIOCRUZ tem priorizado a incorporação da dimensão ambiental aos conceitos e práticas da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento tecnológico no campo da Saúde, o que foi traduzido na realização do I e do II Seminários Nacionais em Saúde e Ambiente, realizados em 2000 e em 2002, respectivamente. A partir dessas experiências foram fixadas novas metas, mecanismos de atuação e prioridades, conforme segue:

1. definir estratégias de articulação com o Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e outras instâncias formuladoras de políticas públicas, nos âmbitos federal, estadual e municipal na Área de Saúde e Ambiente, auxiliando a definição das políticas estabelecidas pelas referidas instituições para a redução de danos à Saúde, inclusive aqueles provenientes da deficiência de saneamento básico, de poluição ambiental ou de ações degradadoras da qualidade ambiental;
2. articular e implementar parcerias com instituições governamentais e com ONGs para pesquisar, identificar e implementar instrumentos de gestão que permitam reduzir os impactos negativos à saúde humana, provenientes da inadequada qualidade ambiental; identificar determinantes sócio-ambientais relacionados à Saúde (processo de desenvolvimento X saúde); identificar determinantes ambientais do processo saúde-doença; determinar indicadores

biológicos de impactos ambientais; determinar indicadores epidemiológicos de impactos ambientais e desenvolver estudos de concepção e de estratégias metodológicas relacionadas à educação ambiental e à avaliação da efetividade destas;

3. promover articulação interna, com objetivo de incorporar a dimensão ambiental aos conceitos e práticas da Saúde Pública;
4. definir instrumentos e estratégia institucional para a implementação da Agenda Ambiental firmada junto ao Ministério do Meio Ambiente em 2001;
5. apoiar a formulação de Normas Técnicas Relativas à Gestão Ambiental;
6. contribuir para uma proposta de formulação de um programa nacional e intersetorial dirigido ao saneamento básico, gerador de empregos imediatos, principalmente nas áreas mais carentes, com participação dos setores privados;
7. fortalecer as ações de descarte apropriado e incineração, quando recomendado, de materiais radioativos, rejeitos hospitalares, laboratoriais e carcaças de animais, assim como a reativação da estação de tratamento de efluentes sanitários, industriais e laboratoriais da FIOCRUZ, a fim de proteger a comunidade e o meio ambiente de acordo com BPL e BPF;
8. garantir às unidades os recursos necessários ao cumprimento das legislações normativas quanto ao ambiente adequado de trabalho, de acordo com o programa FIOCRUZ SAUDÁVEL. A meta é que cada Unidade venha a se constituir num modelo de qualidade de vida e trabalho, articulado com a Comissão Técnica de Biossegurança e com a Coordenação de Saúde do Trabalhador, abrangendo todos os laboratórios da FIOCRUZ e seus rejeitos, bem como também o entorno da Fundação, com ampla participação dos trabalhadores;
9. fortalecer diretrizes de meio ambiente de Saúde que norteiem o planejamento de atividades da FIOCRUZ para que esta possa avançar nas pesquisas relativas à qualidade ambiental e aos impactos sobre a Saúde do trabalhador, segurança e qualidade de vida.

Para a consolidação desses eixos, é necessário fortalecer a seguinte estratégia:

Construção e implementação do Projeto Institucional de Pesquisa em Saúde e Ambiente, promovendo a integração dos diversos grupos de pesquisa institucional na condução de um projeto amplo, transdisciplinar e integrador, articulado às outras instâncias do Ministério da Saúde, com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), com o Ministério do Meio Ambiente e com organismos da sociedade civil.

ENSINO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A área de ensino na FIOCRUZ, lastreada pela pesquisa em Saúde de alta qualidade, constitui-se em importante instrumento de cooperação e apoio aos Sistemas de Saúde e de Ciência e Tecnologia em Saúde e está fortemente relacionada à formação de quadros técnicos especializados, docentes, pesquisadores e tecnologistas.

Sobre esses pilares, a instituição disponibiliza atualmente cerca de 7000 vagas em mais de 155 cursos de pós-graduação, ensino profissionalizante e estágios curriculares, todos eles buscando a excelência nos seus respectivos campos de intervenção. Desde a sua origem, a FIOCRUZ dedica-se à formação de recursos humanos especializados e, ao longo de sua história, desenvolveu uma ampla competência nesta esfera, formando quadros para todos os estados do Brasil, para a América Latina e países da África de língua portuguesa.

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, fortemente regulada e fiscalizada pela Capes através de avaliações periódicas, têm classificado os programas da FIOCRUZ entre os melhores do país.

Destaca-se o potencial da pós-graduação *stricto sensu* para o desenvolvimento de um conhecimento crítico que encaminhe a formação de recursos humanos comprometidos com a transformação progressiva do setor Saúde, valorizando o vínculo entre o pensar e o fazer cotidiano da população na reorientação das políticas públicas.

Estão implementados os primeiros programas de mestrado profissional, inovação do sistema de pós-graduação brasileiro. No setor Saúde, são crescentes as demandas nessa modalidade com vistas à formação de pessoal de alto nível inserido no Sistema Único de Saúde. A absorção da modalidade de mestrado profissional pela pós-graduação da FIOCRUZ sugere mecanismos de reordenação das práticas docentes, construção de um marco conceitual e de diretrizes próprias, e organização de um sistema de monitoramento que dialogue com as modalidades de pós-graduação *stricto sensu* já existentes, mantendo seu padrão de excelência.

A pós-graduação *lato sensu* está representada por programas de apoio ao SUS e ao sistema de C&T.

A Escola de Governo em Saúde é uma articulação estratégica de parte dos programas de ensino, pesquisa e cooperação técnica da FIOCRUZ, para a preparação de quadros e a produção de conhecimentos, visando ao aumento da capacidade de governo do sistema de Saúde do país, consolidando o papel estratégico da instituição como ente público governamental. Propõe-se estruturar a formação e a educação permanente de gestores públicos em Saúde, incorporando as características da moderna gestão de sistemas, serviços, organizações e programas, bem como cooperar na implantação de abordagens

inovadoras na atenção à Saúde, em Saúde Pública e na formulação e avaliação das políticas de Saúde.

A Escola de Governo deverá contemplar as particularidades de todas as unidades, por meio de um projeto político pedagógico para o desenvolvimento de recursos humanos com vistas à melhoria da qualidade de vida e Saúde da população.

Educação a Distância

As inovações tecnológicas têm proporcionado o uso de novos recursos didáticos na implantação da modalidade de Educação a Distância (EAD) na FIOCRUZ, ampliando o espectro de atuação dessa Unidade no país. Todavia, a dinamização do ensino é parte de um processo histórico, assim como a incorporação dos recursos tecnológicos, que devem ser concebidos como recursos e produto da ação humana e das escolhas sociais. A utilização de EAD no projeto institucional da FIOCRUZ deve levar em conta as dimensões relacional, política, cognitiva e epistemológica, particularmente num projeto político-pedagógico de uma instituição pública estatal, comprometida com o desenvolvimento social. A EAD ainda deve se sobrepor a argumentos de natureza econômica e mercantil ou liberal e instrumental.

Não se deve pensar que a Educação a Distância seja baseada em tecnologias sofisticadas, fora do alcance de muitos municípios brasileiros. Ao contrário, os modelos desenvolvidos devem se harmonizar com as necessidades e condições locais. A mobilização dos pólos receptores é, entretanto, um estrangulamento no processo e um desafio a ser superado pela FIOCRUZ e pelo Sistema como um todo, em articulação com o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de Saúde.

A adoção dessa modalidade pelas unidades da FIOCRUZ possibilitará a construção de um novo modelo, ampliando a capacidade de diálogo das unidades com suas clientelas específicas.

Educação Profissional

A Educação Profissional de Nível Básico e Técnico também está representada significativamente pelos programas de apoio ao SUS e ao Sistema de C&T, apresentando uma multiplicidade de áreas temáticas de ensino e pesquisa na área da Saúde. O apoio à política de formação de trabalhadores para o SUS é reforçado por meio da Rede de Escolas Técnicas do SUS e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que sedia a Secretaria Técnica desta rede, e também através do curso técnico que o IOC vem oferecendo há mais de duas décadas.

O ensino na FIOCRUZ deve se basear numa concepção educacional que o articule com a pesquisa e a cooperação técnica, congregando a produção de conhecimento em Trabalho, Educação, Iniciação Científica e Saúde.

A Educação Profissional em Saúde, campo em que a FIOCRUZ tem-se consolidado como referência, deve ser compreendida como uma estratégia fundamental para a formação técnica e política de trabalhadores, tendo o trabalho como princípio educativo.

A atuação plena da FIOCRUZ no âmbito da educação profissional, tal como atualmente é regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97, coloca o desafio de se abranger todos os níveis previstos para esta modalidade: básico, técnico e tecnológico. Estando os dois primeiros consolidados, cabe discutir a possibilidade da implantação do nível tecnológico, considerando sua pertinência e as bases éticas, políticas e pedagógicas.

Propõe-se:

1. Fortalecer a articulação e a integração da FIOCRUZ no âmbito do SUS:

- ressaltando sua função estratégica de órgão de Estado, a FIOCRUZ deve consolidar o campo da formação profissional como um ambiente de Educação Permanente para Saúde, Ciência e Tecnologia;
- incentivando e fortalecendo, nas diferentes unidades da FIOCRUZ, os cursos de capacitação de profissionais de Saúde que atuam nos municípios, em apoio às ações do SUS, utilizando-se abordagem pedagógica que não seja meramente instrumental, mas que amplie o entendimento do processo de saúde-doença;
- fortalecendo a orientação estratégica da Escola de Governo em Saúde através de sua implementação pelo conjunto de unidades da FIOCRUZ.

2. Educação Profissional em Saúde:

- ampliar o investimento na área de Educação Profissional em Saúde, fortalecendo os níveis básico e técnico, e aprofundar discussão sobre a identidade dos cursos de nível técnico e sua relação com os cursos superiores, em geral, e os de tecnologia em particular;
- estabelecer um processo sistemático de discussão sobre a pertinência e os princípios éticos, políticos e pedagógicos da implantação dos cursos superiores em tecnologia.

3. Política de Educação a Distância:

- criar a Rede FIOCRUZ de Educação à Distância – Rede EAD –, com uma política institucional que considere a inserção diferenciada das diversas unidades, estabelecendo as funções do núcleo central no suporte pedagógico e tecnológico e a dinâmica com os núcleos estruturados nas unidades, dotados de infraestrutura e pessoal adequados.

4. Pós-graduação:

- avaliar a pós-graduação e investir em áreas prioritárias dos sistemas de Saúde, Ciência e Tecnologia ainda não cobertas pelos atuais programas;
- expandir e fortalecer o programa de mestrado profissional, construindo mecanismos de monitoramento de sua ampliação, garantindo a excelência acadêmica;
- fortalecer o papel da pós-graduação *stricto sensu* em cooperação com outras instituições, de modo a promover o desenvolvimento e a constituição de novos cursos em todo o país na área da Saúde.

5. Priorizar o fortalecimento dos mecanismos de apoio a bolsas para estudantes em vários níveis de ensino na FIOCRUZ (*strito sensu*, *lato sensu* e nível técnico).

6. Fortalecer, nas unidades de produção e técnicas de apoio e nas redes e projetos de desenvolvimento tecnológico, as seguintes iniciativas no campo do ensino:

- abertura de estágios para graduandos das universidades e das escolas técnicas;
- oferta de iniciação científica em desenvolvimento tecnológico de insumos em Saúde;
- oferta de mestrados profissionais em desenvolvimento tecnológico de insumos;
- oferta de vagas nos mestrados e doutorados da FIOCRUZ em áreas cujo desenvolvimento de teses tenha foco ou apóie o desenvolvimento tecnológico de insumos.

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

A formulação de uma Política de Informação e Comunicação da FIOCRUZ deve ter como referencial o potencial estruturante da informação, da comunicação e suas tecnologias, aliado à exploração da sua capacidade de indução para a construção de uma democracia cidadã, saudável e solidária. Estas áreas devem atuar no sentido de promover novos modos de produzir conhecimento, de tratá-los e difundi-los, considerando a complexidade cada vez maior dos problemas enfrentados pela ciência, pela gestão dos serviços do Estado e pelo seu controle social.

A XI Conferência Nacional de Saúde reafirmou que a Comunicação, a Educação e a Informação são componentes essenciais para se alcançar equidade, qualidade e humanização dos serviços de Saúde e do controle social no âmbito do SUS. Suas deliberações indicam a necessidade de identificação, fortalecimento e formação

de redes de informação e comunicação entre sociedade e governos.

A FIOCRUZ, pelas suas diversas áreas de atuação e múltiplos saberes, constitui-se em ambiente fértil para o desenvolvimento do trabalho em rede. Porém, condicionado a uma mudança de cultura institucional, visando às inserções horizontais, princípio básico para o desenvolvimento e fortalecimento de redes colaborativas.

O processo de crescente incorporação de tecnologias da informação e da comunicação aos ambientes de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, assim como em outros domínios científicos e tecnológicos, tem transformado profundamente seus princípios organizadores. Alteram-se e tornam-se mais complexos os processos de informação e comunicação em todo o ciclo de produção e disseminação do conhecimento, bem como das suas aplicações. As recomendações da I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde (CNC&T/S) identificam a sistematização das informações de C&T/S como um dos pontos sensíveis que obstaculizam o desenvolvimento científico e tecnológico em Saúde no país.

Entretanto, tem sido conferido a estas áreas um papel de centralidade para o planejamento, a implementação e a avaliação de políticas, estratégias e programas, bem como para maior racionalidade e eficiência das unidades prestadoras de serviço de atenção à Saúde. Permanecem como problemáticos alguns aspectos centrais para uma maior efetividade dos sistemas nacionais de informação em Saúde, a saber: 1) qualidade de indicadores e confiabilidade de dados; 2) padronização e interoperabilidade dos vários sistemas nacionais; 3) baixa utilização de análise sistematizada de informações no processo de avaliação e tomada de decisão nas três esferas de governo; e 4) ausência de tratamento e divulgação de dados e informações para fins de controle social.

Um terceiro aspecto a considerar é a importância da informação, da comunicação e suas tecnologias para os processos de gestão institucional. As políticas e estratégias setoriais nestas áreas encontram-se no eixo central das possibilidades de geração de novos processos e produtos, e de mudanças nos modelos institucionais de gestão.

Neste sentido a FIOCRUZ deve,

✓ *na área de Informação:*

1. aprimorar metodologias de análises de qualidade, consistência, compatibilidade e utilização de bases de dados nacionais para avaliação do desempenho do sistema e estratégias de Saúde, assim como dos sistemas de informação de C&T em Saúde, com ênfase na construção de indicadores apropriados à realidade brasileira;

2. fortalecer sua presença junto a iniciativas de colaboração, estimulando o trabalho em rede, constituindo e reforçando as parcerias de cooperação técnico-científica com instituições nacionais e internacionais, valorizando suas áreas de excelência e a busca da inovação;
3. assumir postura pró-ativa na discussão e implementação de políticas nacionais de informação de interesse para a Saúde, fortalecendo a sua presença institucional em processos de planejamento, constituição, gestão, avaliação e aperfeiçoamento de sistemas e redes nacionais de informação em Saúde em âmbitos federal, estadual e municipal;
4. promover investimentos no que tange a pesquisa e o desenvolvimento de soluções usando tecnologias “abertas”, garantindo-se a portabilidade de soluções, a interoperabilidade das unidades entre si, bem como sua integração com sistemas e aplicativos no âmbito do SUS, propondo-se que as unidades prestadoras de serviços de assistência na FIOCRUZ sejam, quanto a este aspecto, transformadas em unidades-modelo;
5. promover a utilização da literatura patentária como fonte de informação tecnológica;
6. promover o desenvolvimento de políticas, planos de ação e implementação de soluções integradoras no âmbito da gestão de documentos e informações como instrumento de apoio à tomada de decisões.

✓ *na área de Comunicação:*

1. ampliar a capacidade de formulação de políticas e desenvolvimento de estratégias de comunicação no campo da Saúde Pública, da ciência e do desenvolvimento tecnológico em Saúde, visando a identificar e atender as demandas e expectativas sociais do SUS, da FIOCRUZ e de outros sistemas públicos;
2. participar de forma efetiva do conjunto das iniciativas referentes ao projeto de organização do Sistema Nacional de Informação e Comunicação em Saúde, de que trata o Artigo 47 da Lei 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), da constituição da Rede Nacional de Informação em Saúde e outras iniciativas semelhantes no âmbito do SUS;
3. implementar mecanismos integradores nas áreas de comunicação impressa, digital e audiovisual, articulando suas políticas e estratégias, otimizando recursos humanos e tecnológicos, explorando as interfaces existentes e potencializando os investimentos nesta área;
4. identificar e analisar as políticas, práticas e estratégias de comunicação no setor Saúde, especialmente aquelas envolvidas na descentralização e no

fortalecimento da participação social, na formulação e gestão de políticas e serviços;

5. estimular o diálogo entre a comunidade científica e a sociedade, por meio de mecanismos que promovam a democratização, a compreensão crítica e a participação pública em questões relacionadas à ciência, à tecnologia e à Saúde.

✓ *na área de Informática:*

1. efetuar estudos sobre as possibilidades de implantação de software livre na FIOCRUZ: avaliar as questões técnicas e tecnológicas envolvidas; propor estratégias para viabilizar tecnicamente esse redirecionamento da política institucional; propor uma agenda de debates e outros eventos sobre o uso de software, visando a identificar situações de excepcionalidade;
2. desenvolver e implementar plano de orientação estratégica para a atualização permanente dos recursos de informática, em especial no que se refere à computação de alto desempenho;
3. fortalecer o Programa de Computação Científica (PROCC) como prestador de serviços de suporte às atividades de computação científica na FIOCRUZ, bem como seu gerenciamento por um comitê de usuários.

Pesquisa e Ensino em Informação e Comunicação

Esta agenda de desenvolvimento institucional demandará da FIOCRUZ o estabelecimento de um forte componente de pesquisa, ensino e desenvolvimento de soluções. Este componente de P&D é um dos caminhos pelos quais será possível constituir e consolidar a capacitação conceitual, metodológica, tecnológica e gerencial requerida para o desempenho de um efetivo papel estratégico. Tendo em vista tratar-se de áreas emergentes, os investimentos neste sentido devem ser estrategicamente orientados.

Ponto importante a ser considerado é a quase inexistência, no país, de iniciativas voltadas para a formação de profissionais de informação e comunicação em C&T e Saúde. Entende-se que a FIOCRUZ, pela sua inserção institucional, pelo acúmulo de experiências e pela abrangência de suas frentes de atuação neste âmbito, deve ser protagonista de iniciativas voltadas para a supressão desta lacuna, o que se constituiria em agregação de um importante componente estratégico.

Neste sentido são diretrizes da FIOCRUZ:

1. estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa que problematizem articulações entre Saúde, ciência, tecnologia, informação,

comunicação e sociedade;

2. incentivar a pesquisa e o desenvolvimento nas áreas de Informação e Comunicação em C&T e Saúde, inclusive mediante a sua incorporação aos programas institucionais de indução à PDT&I;
3. promover o incremento do quadro de profissionais dedicados à área de informação e comunicação através de programas de bolsas para pesquisadores e tecnologistas;
4. criar programa de Pós-Graduação em Saúde, Informação e Comunicação, que inclua a oferta de Curso de Mestrado Profissional em Saúde, Informação e Comunicação.

EDUCAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM CIÊNCIA E SAÚDE

Na FIOCRUZ verificou-se o crescimento das atividades de educação e divulgação em ciência na última década. Não obstante, isto ocorreu sem uma maior articulação e integração das diferentes iniciativas, apesar de momentos de forte interação, como pode ser observado no projeto "FIOCRUZ pra Você". Com base neste diagnóstico e diante da crescente demanda por políticas públicas que articulem educação, divulgação científica e promoção da Saúde, a Presidência da FIOCRUZ instituiu Grupo de Trabalho com representantes de diversas unidades da Fundação para propor diretrizes para essa área de atuação institucional. O sumário das conclusões desse trabalho foi incorporado a este documento.

Entre as conclusões, destaca-se a necessidade de estabelecer um conjunto de ações que possa propiciar uma maior articulação entre cada grupo que atua na área, de modo a fortalecer as atividades institucionais de educação e divulgação em ciência, consolidando, desta forma, todo o conhecimento já produzido.

Propõe-se:

1. articular as experiências de educação e divulgação em ciência com programas de promoção da Saúde, contribuindo para o aumento da participação pública nas questões referentes às ciências biomédicas e suas implicações para a vida em sociedade;
2. desenvolver rede(s) e sub-redes de educação, informação e comunicação em ciência e Saúde no Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública, a exemplo da Rede Tecnologias Educacionais para a Promoção da Saúde;
3. implementar o Programa Institucional de Educação em Ciência e Divulgação Científica.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Na FIOCRUZ, a cadeia de Ciência e Tecnologia tem como sentido último o direcionamento da criatividade para a melhoria da qualidade de vida e a resolução de demandas sócio-sanitárias. Cuidar para que o "clima de trabalho" seja o mais favorável à afirmação de valores sociais, espírito de inovação e trabalho solidário é, talvez, o mote central quando se pensa em desenvolvimento institucional.

Os componentes centrais envolvidos nesta tarefa são a consolidação de um ideal de serviço público, o provimento de uma infra-estrutura, ambiente e organização do trabalho estimulantes, valorização de pessoal e aprimoramento dos processos de informação, comunicação e de gestão participativa.

No que diz respeito à inserção da FIOCRUZ na reforma administrativa do Estado, o III Congresso Interno enfatizou o caráter público, estatal e estratégico da Fundação através de mudanças substantivas em seu modelo de gestão e organizacional, garantindo a integralidade institucional como um dos pilares para a consecução desse ideal. O estatuto jurídico e sua forma de inserção no aparelho de Estado deve responder a essas exigências.

A FIOCRUZ possui uma marca ímpar entre as instituições públicas de estimular processos democráticos através dos mecanismos de escolha de seus dirigentes, da existência de Conselhos Deliberativos, de Câmaras Técnicas e do Congresso Interno. É preciso, entretanto, um constante esforço para que esses mecanismos e outras formas de participação superem cada vez mais o papel de representação formal para configurar um processo de gestão participativa com o envolvimento do conjunto dos funcionários em seus vários níveis de envolvimento institucional. Recomenda-se a extensão da experiência, de forma criteriosa e parcimoniosa, do Coletivo de Dirigentes ao conjunto de unidades da FIOCRUZ.

A FIOCRUZ tem buscado estimular o controle social de sua atividade através de intenso processo de comunicação com a sociedade, do referenciamento de seu planejamento estratégico aos documentos aprovados pelo governo federal, pelas conferências nacionais de Saúde e do Conselho Nacional de Saúde, a exemplo da apreciação do Plano Quadrienal e da Proposta de Orçamentária da FIOCRUZ. A consolidação de experiências de gestão participativa deve incentivar a participação da população, destacando-se a necessidade de constituição do Conselho Superior com as atribuições e a composição já definidas pelo III Congresso Interno.

Propõe-se:

1. instituir amplo processo de avaliação de desempenho institucional à luz de demandas sociais prioritárias associadas às áreas finalísticas da FIOCRUZ;
2. criar uma Coordenadoria de Projetos Sociais vinculada à Presidência da FIOCRUZ;

3. criar imediatamente o Conselho Superior da FIOCRUZ, realizando sua primeira reunião até dezembro de 2003;
4. criar uma Ouvidoria na FIOCRUZ.

RECURSOS HUMANOS

A política de recursos humanos para o servidor público sofreu intensamente com as diretrizes adotadas nos últimos anos pelo governo federal. A reforma administrativa foi condicionada diretamente pelo objetivo de ajuste fiscal, resultando na precarização das relações de trabalho do servidor com a administração pública.

A revalorização do servidor público exige um grande esforço de reconversão dessa política. O perfil da força de trabalho deve ser compatível com as necessidades do setor público e constantemente adequado às transformações das tecnologias de gestão e dos conhecimentos específicos demandados. O processo de recrutamento por concursos públicos deve ser periódico e, de preferência, anual. A gestão de RH deve contemplar a oferta de oportunidades atrativas de trabalho no setor público, com remuneração competitiva com o setor privado; a qualificação dos servidores e a valorização do desempenho e incentivos para aumentar a motivação no trabalho e no gerenciamento eficaz, ético e coerente com os níveis de responsabilidade.

Torna-se de especial importância a compreensão da FIOCRUZ como um sistema complexo, em que transformações no seu modelo institucional têm correspondência direta, tanto conceitual quanto prática, na gestão dos recursos humanos. Dessa forma, o desenvolvimento que a instituição objetiva deve guardar relação harmônica com o desenvolvimento das pessoas que a compõem e com o aumento da competência nos seus diversos campos de atuação.

As atividades desenvolvidas na instituição têm produzido tecnologias e métodos de intervenção eficazes para a melhoria da Saúde da população. O desafio que se coloca hoje para trabalhadores e gestores da FIOCRUZ é aproximar a produção acadêmica institucional de políticas e diretrizes que preservem e proporcionem maior qualidade de vida para todos os trabalhadores da instituição. O Programa “FIOCRUZ Saudável” coloca-se como base estratégica para consubstanciar esta política.

A Plenária Extraordinária do III Congresso Interno, realizada em agosto de 2000, constatou que a terceirização de atividades finalísticas na FIOCRUZ atingia índices insustentáveis e recomendou prioridade absoluta no trato desta questão. Importantes avanços foram obtidos com a conquista de concurso público e a formalização de parcelas das prestações de serviços por meio de licitações. Entretanto, mais de 50% dos postos de trabalho da instituição são preenchidos através de processos de terceirização ou outras formas de vínculos precários.

Subsiste a necessidade de implementação de uma política de Recursos Humanos que inclua os diferentes quadros de pessoal existentes e os vários problemas de enquadramento funcional dos servidores.

O IV Congresso Interno da FIOCRUZ reafirma as teses dos II e III congressos internos relativas a recursos humanos e convoca uma Plenária Extraordinária do IV Congresso Interno para ajustá-las ao momento atual com vistas a sua operacionalização.

Nessa oportunidade, serão discutidos prioritariamente os seguintes itens;

- 1 Plano de Cargos e Carreira**
- 2 Modalidades de Contrato**
- 3 Terceirização**
- 4 Gestão de Recursos Humanos**
- 5 Avaliação de RH**
- 6 Remuneração**
- 7 Capacitação**
- 8 Benefícios**
- 9 Saúde do Trabalhador**

GESTÃO E SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Diversos diagnósticos realizados ao longo do tempo, assim como a percepção de dirigentes e, de maneira geral, da comunidade da FIOCRUZ indicam que a instituição tem ainda muito a aperfeiçoar nas áreas de gestão e planejamento.

Os avanços obtidos desde a implantação do Plano de Objetivos e Metas (POM) são muito significativos para a constituição de uma cultura de planejamento, mas as deficiências existentes na formulação de prioridades e na capacidade de monitoramento e avaliação vêm, entretanto, comprometendo a credibilidade desse instrumento.

A gestão orientada por resultados e com foco nas demandas internas e sociais é o que se pretende alcançar, substituindo-se o modelo de administração burocrática pelo modelo de administração gerencial. A avaliação dos resultados com monitoramento em rede e a respectiva responsabilização dos gestores são processos fundamentais na mudança de paradigma da gestão. Isto implica uma verdadeira revolução cultural na instituição, colocando um duplo desafio para as unidades de gestão do nível central de melhorar sua eficácia interna e de exercer as tarefas de indução, normatização e avaliação da gestão institucional. Nesse sentido, a gestão por resultados traz eficiência, eficácia e principalmente efetividade para a instituição, através da implementação de instrumentos

modernos de gestão, aprimorando o processo de descentralização das unidades que compõem a FIOCRUZ.

Na atual gestão, está em curso um esforço significativo de construção de uma mentalidade de planejamento e da implementação de um Sistema de Planejamento Descentralizado, sob coordenação do nível central. Está em processo a criação de Núcleos de Planejamento nas Unidades, onde estão sendo instituídas práticas de pensamento estratégico e incorporadas ao POM através dos Documentos Sintéticos Qualitativos. E a proposta orçamentária passou a refletir com maior intensidade as prioridades institucionais. O Sistema de Informações está sendo aprimorado, em especial com a implementação do Fiollates e de sistemas de informação gerenciais.

As Diretrizes do Plano Quadrienal devem ser traduzidas em um efetivo Plano Estratégico para superar as limitações dos POMs anuais, que induza à articulação programática entre as diversas macrofunções e unidades e que considere que:

1. a FIOCRUZ é uma instituição de caráter federativo que exige a consolidação de um sistema de planejamento descentralizado, alinhado às diretrizes institucionais, com coordenação central;
2. a resolução de grandes metas referidas à missão da FIOCRUZ exige a sua inserção e capacitação para participar e coordenar redes e plataformas cooperativas. No âmbito interno, será incentivada a criação ou a consolidação de redes que deverão contribuir também para a formulação do planejamento estratégico e do aprimoramento da gestão participativa, em sinergia com as instâncias deliberativas e de assessoramento da instituição;
3. todos os agentes da gestão, em especial os órgãos jurídicos, devem compreender as necessidades singulares da FIOCRUZ como instituição integrante do Sistema Nacional de Inovação, padronizando suas ações no sentido de agilizar as demandas geradas e se especializando nas áreas de comércio exterior, direito tributário e propriedade intelectual;
4. a FIOCRUZ deve proceder a uma ampla revisão dos indicadores de avaliação de desempenho.

Gestão pela Qualidade

Constituir uma rede interna de cooperação para treinamento, assessoria e acompanhamento na implementação e condução de programas que garantam a qualidade nas unidades.

FUNDAÇÕES DE APOIO

O III Congresso Interno já indicava que a utilização de Fundação de Apoio à FIOCRUZ só fazia sentido como um instrumento compensatório, que deveria ser descartado quando conquistada a autonomia gerencial da instituição, condizente com um modelo de gestão baseado em resultados. A tibieza da reforma administrativa do Estado, entretanto, implicou a manutenção e, mesmo, a expansão das atividades da FIOTEC. A necessidade, mais uma vez, de regular esse processo, levou o CD-FIOCRUZ a estabelecer princípios e normas de procedimentos que garantam a subordinação de suas atividades aos objetivos da FIOCRUZ, com o fortalecimento institucional, a solidariedade e a humanização nas relações de trabalho e o reforço da função pública da Fundação.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Assessoria de Cooperação Internacional, que durante muito tempo desempenhou na prática uma ação de caráter cartorial, vem sendo requalificada para o fomento do intercâmbio internacional na dimensão das potencialidades da FIOCRUZ. Este objetivo demanda uma nova e mais complexa orientação da cooperação técnica no âmbito internacional, não só através da tradicional captação de recursos e apoio especializado, mas também inovando em articulações com redes e projetos multicêntricos que atuam em áreas afins, tanto em parcerias regionais como em intercâmbios num plano universal, explorando a colaboração com setores produtivos que assegurem o desenvolvimento tecnológico e o melhor aproveitamento do trabalho realizado, assim como visando, em termos gerais, a um maior progresso sócio-econômico num contexto mais solidário.

Propõe-se:

1. adotar como referência a política externa nacional e as prioridades que estabelecem os órgãos setoriais competentes, em especial a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde e a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério de Relações Exteriores;
2. conceder maior ênfase ao intercâmbio no contexto dos acordos de integração sub-regionais, dando preferência àqueles com que se tem mais afinidade geográfica, cultural, política e econômica;
3. aproveitar o potencial de contrapartidas externas e de suas próprias unidades, quando atuando como efetores de cooperação, na interface de captação junto a fontes de financiamento;
4. conceder maior atenção às possibilidades de intercâmbio bilateral entre países com igual ou menor nível de desenvolvimento social, assumindo maior liderança na definição de campos de trabalho;

5. ter presente o potencial da cooperação técnica em todos os campos de ação em que atua a FIOCRUZ;
6. constituir uma Câmara Técnica de Cooperação Internacional.

MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA

O alcance das metas institucionais depende da resolução dos graves problemas de ocupação e manutenção das edificações e das redes de infra-estrutura dos *campi* da FIOCRUZ. Em breve, as possibilidades de ocupação da área física do *Campus* de Manguinhos estarão esgotadas. O crescimento físico das unidades até o momento se deu através dos projetos de expansão de cada Diretoria, na sua maioria descolados de Planos Diretores ou mesmo de Planos de Intervenção/Renovação/Manutenção de cada uma delas. Algumas possibilidades de ocupação ainda se encontram disponíveis no *campus* da expansão da Avenida Brasil, do antigo Ineru e na área da Colônia Juliano Moreira, mas inexistem, até o momento, um Plano Diretor integrado.

O Plano Diretor dos *campi* deve refletir a Política de Desenvolvimento Institucional da FIOCRUZ e deve ser implementado em coordenação com a Câmara de Gestão e Infra-Estrutura e o Sistema de Planejamento da Fundação.

A definição de uma política de manutenção é fundamental para o desenvolvimento do ambiente técnico de alta qualidade para todas as atividades da FIOCRUZ, e para acompanhar as rápidas transformações tecnológicas nos equipamentos e sistemas ambientais – básicos para a produtividade, continuidade e confiabilidade dos produtos elaborados na instituição.

A instituição deve evitar a terceirização plena das áreas de manutenção. Devem, no mínimo, ser preservadas as áreas de supervisão, coordenação e fiscalização.

Propõe-se:

1. elaborar e implementar uma política de infra-estrutura;
2. elaborar e implementar um programa de gestão do ambiente e da infra-estrutura, atendendo aos requisitos legais (federais, estaduais e municipais), relativos à prevenção contra incêndio, meio ambiente, segurança patrimonial e das pessoas que transitam na FIOCRUZ, atendimento médico, alimentação, iluminação, instalações auxiliares, estacionamento e transporte para trabalhadores da instituição;
3. coordenar, junto aos órgãos centrais e às unidades, a execução dos requisitos legais (federais, estaduais e municipais) pertinentes às áreas de segurança do trabalho (principalmente contra incêndio), meio ambiente, segurança patrimonial e segurança das pessoas dentro do *campus* e

demais instalações da FIOCRUZ;

4. realizar um estudo, em curto prazo, para elaboração de projeto para implantação das redes de coleta e tratamento de esgotos, adequadas aos efluentes (sanitário, industrial, químico, biológico etc) gerados nas instalações da FIOCRUZ, e de estrutura para coleta e destinação final de resíduos especiais (químicos, biológicos e hospitalares) e perigosos;
5. adotar o conceito de ciclo de vida das edificações e equipamentos, o qual incorpora a manutenção e a avaliação das atividades de planejamento da infra-estrutura;
6. estabelecer uma Política de Normatização, Padronização e Fiscalização de Contratos de Aquisição e Manutenção, Aferição, Calibração e Validação de Equipamentos, Componentes e Serviços. Esta política deverá ser implementada através de um Plano Plurianual de Ações em Manutenção e Obras;
7. investir em capacitações técnica e gerencial, coordenadas dentro de um Plano Plurianual de Ações de Manutenção e Obras, e alinhada com o Plano Quadrienal da FIOCRUZ;
8. definir e implementar um plano de preservação e manutenção da área verde da FIOCRUZ;
9. adotar mecanismos de previsão e garantia de orçamento para capacitação da manutenção (e não só aquisição ou execução de obras) nos projetos e programas da FIOCRUZ.

MOÇÕES APROVADAS PELA PLENÁRIA DO IV CONGRESSO INTERNO DA FIOCRUZ

1ª) O IV Congresso Interno da FIOCRUZ, considerando :

- a complexidade e amplitude das repercussões do anteprojeto de Lei sobre o Incentivo à Inovação Tecnológica sobre as Instituições Científicas e Tecnológicas e seu Quadro de Pessoal;
- a necessidade de aprofundamento de discussões sobre essa lei, tendo em vista a natureza da FIOCRUZ, na qual estão integrados ensino, pesquisa e produção própria;
- a nova visão que se projeta no início do novo governo federal;

solicita ao Congresso Nacional que retire o caráter de urgência com que o Poder Executivo encaminhou o anteprojeto para a apreciação, a fim de que possa sofrer as emendas pertinentes.

2ª) A Plenária do IV Congresso Interno repudia a política de substituição do Estado pelo mercado nas ações de Vigilância Sanitária no que tange às análises laboratoriais e ao controle da qualidade dos serviços de saúde, representadas pelo licenciamento eletrônico dos estabelecimentos de saúde, acompanhada de auto-inspeção e acreditação.

3ª) A FIOCRUZ concretizará a implantação do controle social, segundo o deliberado pelo III Congresso Interno, realizando a primeira reunião do Conselho Superior até dezembro de 2003, ano do seu 103º aniversário.

4ª) A Plenária do IV Congresso Interno recomenda a criação de uma Coordenadoria de Projetos Sociais, vinculada à Vice-Presidência de Serviços de Referência e Ambiente.

5ª) Tendo em vista os graves problemas de Saúde a que se encontra submetida a população brasileira e claramente identificada a necessidade de rediscutir o SUS, indicamos a realização de uma CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE EXTRAORDINÁRIA a ser realizada em 2003.

6ª) A Plenária do IV Congresso Interno, reconhecendo que a identidade institucional da FIOCRUZ foi e é construída pela sua atuação estratégica e inserção no campo da Saúde, reitera sua vinculação ao Ministério da Saúde.

7ª) A Plenária do IV Congresso Interno da FIOCRUZ saúda e apóia a plena instauração do processo eleitoral democrático de Far-Manguinhos, em condução pela Comissão Eleitoral da Unidade, pelo Conselho Deliberativo e pela Presidência da Fundação Oswaldo Cruz.

8ª) A Plenária do IV Congresso Interno, considerando:

- a legitimidade do novo Governo para empreender as reformas necessárias para atender aos seus compromissos com o eleitorado, e a certeza de que elas serão processadas através de amplo e democrático debate com os setores envolvidos;
- o compromisso da FIOCRUZ em contribuir com a formulação das políticas de Estado nas áreas em que atua;
- a excelência da contribuição que a instituição, no seu *locus* atual, tem dado igualmente aos campos da Saúde e da C&T;

recomenda que, durante as discussões para definição de sua permanência no MS ou ida para o MCT, a FIOCRUZ defenda a manutenção de seu vínculo orgânico com o SUS e esteja atenta aos riscos que a transferência para o MCT poderia trazer para a integralidade institucional, princípio que preserva a diversidade e complementariedade das atividades que desenvolve, essencial para o cumprimento de sua missão.

Presidente da FIOCRUZ
Paulo Marchiori Buss

Chefe de Gabinete
Arlindo Fábio Gómez de Sousa

Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
Euzenir Nunes Sarno

Vice-Presidente de Ensino e Recursos Humanos
Tânia Celeste Matos Nunes

Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional, Informação e Comunicação
Paulo Gadelha

Vice-Presidente de Serviços de Referência e Ambiente
Ary Carvalho de Miranda

COMISSÃO ORGANIZADORA DO IV CONGRESSO INTERNO

Coordenador
Paulo Gadelha

Membros
André Paulo da Silva Malhão, Arlindo Fábio Gómez de Sousa, Hayne Felipe da Silva, Jorge Antônio Zepeda Bermudez, Nísia Verônica Trindade Lima, Renato Sérgio Balão Cordeiro, Rita de Cássia Oliveira C. de Mattos e Thereza Cristina de Aguiar Tavares

Relator
Arlindo Fábio Gómez de Sousa

Relator Adjunto
Péricles Silveira da Costa

Relatores de Síntese
Alex Príncipe, Eduardo Costa, Elisa Andries, João Quental, José Eduardo P. de Andrade, Manuel Sanchez, Márcia Teixeira, Nísia Trindade Lima, Paulo Gadelha, Péricles Silveira da Costa, Rose Esquenazi, Tânia Celeste M. Nunes, Walter Grynszpan

Relatores de Grupos
Alexandre Menezes Almeida, Ana Furniel, Ana Paula Moresche, Andrea Sampaio, Carla Fontana, Cristiane Quental, Denise Lobo, Edna Padrão, Gustavo de Carvalho, Rose Esquenazi, Valéria Becker, Walter Grynszpan

Edição
Elisa Andries

Secretaria do Congresso
Maria Elena Sette Collazos
(Secretária Executiva)

**Alex Príncipe, Ana Beatriz Ayres, Anderson Iorio, Antonio Carlos Pires Jr.,
Assis Santos, Deolinda Gouvea,
Ebenézer Ramalho Ribeiro, Flavio Beirute, Gilberto Braga,
Luisa Helena Ferreira Lopes, Marli Ganime, Nelson Batista, Nilton Souza, Ricardo
Gomes, Thiago Fonseca, Valdo Veridiano**

Apoio
**Adaury de Souza, Ailton Novaes Leoncio, Alcimar Batista, Altair da Silva Neves,
André Gin, Conceição Nunes, Dalva da Conceição Ferreira,
Edméia Ines Songo Campos, Felipe Nascimento Machado, Fernando Conde Damico,
Fernando Speich, João Carlos de Oliveira, José Vitor da Silva,
Mara Cristina de Souza, Mara Lucia de Souza Lemos, Mariza da Conceição Barbosa,
Patrick Tavares dos Santos, Paulo Silva,
Paulo Cesar de Freitas, Reny Antonio da Silva,
Rui Baraúna, Williams Julião de Oliveira,
Zilah de Melo Dias da Silva**

Divulgação e Comunicação
Canal Saúde
Coordenadoria de Comunicação Social
Rede FIOCRUZ

Logotipo do IV Congresso
Sérgio Magalhães